Acervo ISA

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JT

CLASS. : Yanomami 1715

DATA : 04 05 90

PG. : 14

Ambiente

O governo Sarney criou as reservas de Uraricoera e Catrimani-Couto Magalhães, para os garimpeiros. O governo Collor quer acabar com isso — na Justiça.

Garimpo: depois das explosões, a Justiça.

Depois da explosão, por parte da Polícia Federal, da primeira pista de garimpo da área dos índios ianomamis, em Roraima, a Procuradoria-Geral da República, em Brasília, quer cassar os decretos que criaram as reservas garimpeiras de Uraricoera e Catrimani-Couto Magalhães, na mesma região. O governo parece mesmo resolvido a agir com dureza.

Há dúvidas porém, sobre os primeiros resultados. O movimento do aeroporto de Boa Vista, por exemplo, diminuiu sensivelmente depois da explosão da pista do Geremias, realizada anteontem. Mas outras pistas particulares próximas à capital do Estado receberam muito mais aviões do que antes. Na do Cariri, 20 quilômetros ao sul, mais de 30 aviões decolaram ontem rumo a um dos garimpos das terras ianomamis.

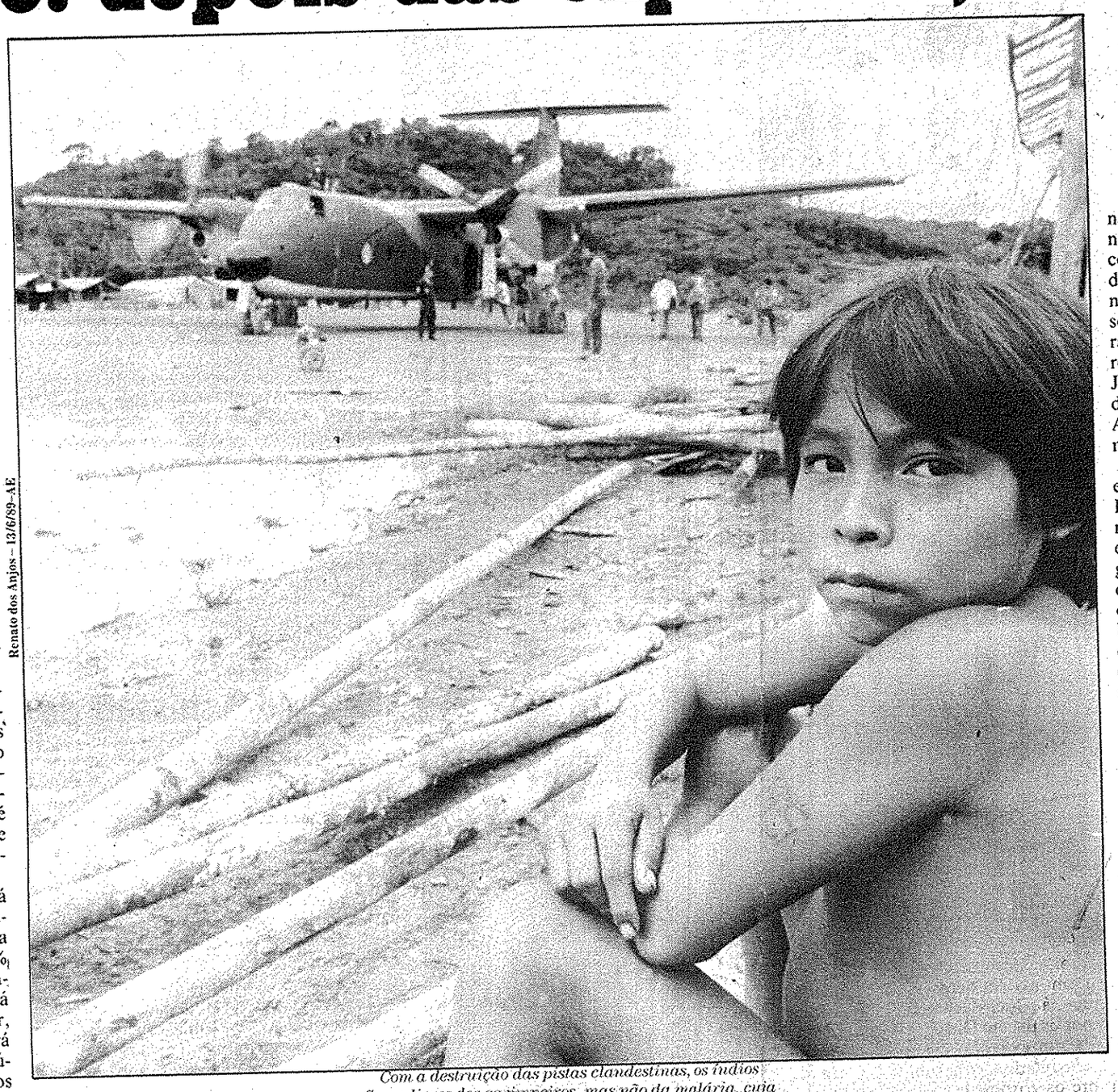
A opção pelas pistas particulares, além disso, é mais econômica, segundo os pilotos e os garimpeiros. Ali eles só pagam decolagens, o que dá um gasto médio de Cr$ 1.500,00 por mês. Já no aeroporto são cobrados decolagens, pernoites, horas de pátio e outras taxas, somando uns Cr$ 50 mil por mês. "Na época de maior movimento, quando havia mais dinheiro na praça e menos pressão do governo, compensava", disse um garimpeiro.

Mas enquanto a Polícia Federal decide a explosão de outras pistas, o coordenador da Defesa dos Direitos e Interesses das Populações Indígenas no âmbito do Ministério Público Federal, subprocurador Carlos Vítor Muzzi, aguarda informações do secretário do Meio Ambiente José Lutzenberger para tocar os processos que objetivam acabar com as reservas garimpeiras daquela área.

Paralelamente, Vítor Muzzi solicitará ajuda da ONU — Organização das Nações Unidas — para tratar do que chama de "caso Ianomami — dez mil índios, 50% sem contato, que tiveram suas terras invadidas por garimpeiros. A ONU poderá até, segundo afirmou o subprocurador, enviar tropas para a região. O pedido será baseado no relatório que o Ministério Público Federal recebeu ontem dos médicos que participaram da **Operação Saúde**, em socorro dos índios, ao longo dos primeiros meses do ano.

"A explosão das pistas é um espetáculo pirotécnico" — diz o relatório, apontando que nas pistas escolhidas pela Funai e Polícia Federal, "o ouro já acabou". Novas pistas estão sendo abertas pelos garimpeiros, denuncia o documento. Os médicos também acusam funcionários da Funai e PF de se utilizarem de aviões da empresa de taxi-aéreo Carbonay, do líder da União dos Garimpeiros da Amazônia Legal, José Altino Machado. Apenas um dos dados médicos é positivo: na região do Paapiu, cerca de 200 quilômetros de Boa Vista, onde funcionava a base de deslocamento dos garimpeiros na área de Surucucus, o índice de malária caiu de 90% para 47% entre a população índia.

O Subprocurador Vitor Muzzi também continua esperando, desde o dia 22 de fevereiro, a resposta do Senado Federal sobre o processo de crime de responsabilidade, requerido por ele contra o então presidente José Sarney e os seus ministros do Interior, Saúde e Justiça. As autoridades da época, segundo Muzzi, desrespeitaram as decisões judiciais que determinavam a retirada dos garimpeiros, liberando as reservas garimpeiras. No início de abril, o juiz federal da 7ª Vara do Distrito Federal, Novely Vilanova da Silva Reis, notificou o presidente da Funai, coronel Airton Alcântara, para que desconsiderasse os decretos das reservas.



Renato dos Anjos – 13/6/89 – AE

Com a destruição das pistas clandestinas, os índios ficam livres dos garimpeiros, mas não da malária, cuja incidência tem aumentado bastante nas áreas dos ianomamis.

Corrida do ouro deixou muita malária em Roraima

Só a longo prazo a Fundação Nacional de Saúde (ex-Sucam) conseguirá eliminar o prejuízo deixado em Roraima pela corrida do ouro. Comparados os números de 1988 e 1989, o crescimento da malária no Estado chegou a 60%. Dos 14.761 casos registrados em 1988, o total saltou para 21.019 no ano passado e, segundo o diretor do setor de epidemiologia da FNS, José Alberto da Costa Chagas, que cuida das campanhas de combate à doença na Amazônia, "o responsável por esse aumento foi um só: o garimpeiro".

Chagas, que mora em Manaus e está em Roraima coordenando o pessoal da FNS na campanha de combate à malária nas áreas indígenas e de garimpo, acha que esse quadro só poderá ser revertido a longo prazo e, assim mesmo, se o governo federal repassar recursos e obrigar outros órgãos da União a dar apoio à Fundação Nacional de Saúde. "Hoje não temos sequer apoio aéreo para cumprir as etapas de trabalho estabelecidas para a região", salientou Chagas.

Mesmo sem os garimpeiros nas áreas indígenas, os números de casos de malária continuam altos em Roraima, comparando-se dados de 1989 e 1990. Em março do ano passado, o Estado registrou 2.100 casos contra 2.467 no mesmo mês em 1990. "A situação continua ruim. Em janeiro de 1989, foram 1.631 casos contra 1.987 e, em fevereiro, comparados os dois anos, tivemos 1.825 casos contra 2.194. Com a chegada do inverno equatorial, com chuvas torrenciais, a tendência é de que haja um acentuado decréscimo nos casos, que voltarão a subir a partir de setembro, quando começa novamente o pique da doença", explicou Chagas.

O diretor da FNS e médico sanitarista fez um alerta às autoridades sanitárias de Boa Vista, lembrando que a saída dos garimpeiros das áreas indígenas vai causar a diminuição dos casos de malária, "mas, como esses garimpeiros estão indo todos para Boa Vista, se não for feito um trabalho de profilaxia na capital haverá um risco enorme de verdadeira catástrofe, com a doença atingindo a população urbana".

Meio ambiente

Após acompanhar, há dois dias, a operação de explosão da primeira das 71 pistas de pouso utilizadas por garimpeiros e que o presidente Fernando Collor mandou destruir nas áreas indígenas ianomamis em Roraima, o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, reafirmou ontem, em Brasília, que a medida não causará problemas adicionais ao meio ambiente. Acrescentou que o secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, aprovou "pessoalmente" a explosão das pistas clandestinas.

Tuma disse também que o trabalho na região amazônica tem causado problemas de saúde aos policiais enviados para lá. "De 350 policiais envolvidos, 76 pegaram malária", disse o delegado, salientando que esse número pode aumentar em maio. Segundo o diretor-geral da PF, a Secretaria do Meio Ambiente deverá fornecer mudas de árvores frutíferas, que serão plantadas nas áreas das pistas dinamitadas. "As frutas ajudarão os índios e se alimentar. Eles já aprovaram a manga e o caju", disse o delegado.